ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE DE SÃO CAETANO DO SUL – GESTÃO 2023–2027

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 9h00, nas dependências do Sindicato dos Servidores Públicos e Autárquicos de São Caetano do Sul, situado à Rua Engenheiro Rebouças, nº 74, Bairro Cerâmica, reuniram-se os Conselheiros titulares e suplentes do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, em caráter ordinário.

Com a palavra, o Vice-Presidente do Conselho, Sr. Kesser, deu início à reunião, justificando a ausência momentânea do Presidente, Sr. Wilson, que se encontrava em consulta médica. Em seguida, deu as boas-vindas a todos os presentes e agradeceu a presença da Sra. Rose Magda Fiorotti, Diretora do Departamento de Alimentação Escolar, responsável pela alimentação escolar da Secretaria Municipal de Educação de São Caetano do Sul, e da Nutricionista Sra. Maricy.

Na sequência, o Sr. Kesser solicitou à Secretária do Conselho, Sra. Rosana Cid, que conduzisse a reunião.

A Sra. Rose cumprimentou a todos, desejou bom dia e agradeceu a presença dos Conselheiros. Informou que, inicialmente, faria sua apresentação e, posteriormente, os Conselheiros também se apresentariam.

Com a palavra, a Sra. Rose Magda Fiorotti apresentou-se, informando que trabalha no Departamento de Alimentação Escolar há aproximadamente 39 anos e que, ao longo desse período, sempre buscou desempenhar suas funções com responsabilidade, procurando oferecer o melhor atendimento possível às crianças, mesmo diante dos diversos problemas e questionamentos que surgem no cotidiano.

Ressaltou que o Departamento de Alimentação Escolar procura seguir rigorosamente as normas estabelecidas para a alimentação escolar, destacando que não considera adequado fazer comparações com outros municípios que, eventualmente, não sigam as mesmas regras e exigências.

A Sra. Rose afirmou, ainda, que procura manter uma postura flexível e que está sempre aberta ao diálogo com os Conselheiros. Entretanto, solicitou também certa flexibilidade por parte do CAE durante as visitas às unidades escolares, especialmente em relação ao armazenamento dos gêneros alimentícios.

Explicou que algumas despensas possuem espaço reduzido e recebem um volume muito grande de caixas, o que dificulta a retirada de todos os produtos de suas embalagens originais. Informou que está buscando alternativas, inclusive solicitando outros tipos de estrados e caixas plásticas, para possibilitar melhor organização de determinados produtos, como os pães.

Em relação aos biscoitos, explicou que, em razão de sua fragilidade, é inviável retirá-los das caixas originais, pois podem quebrar ou sofrer avarias. Ressaltou

que as crianças não aceitam produtos amassados ou quebrados, motivo pelo qual é necessário manter determinados produtos em suas embalagens de origem.

A Sra. Rose destacou que não se trata de falta de vontade de organizar os produtos de maneira diferente, mas de limitações relacionadas ao espaço físico das despensas e às características dos próprios alimentos. Informou que, em algumas situações, é necessário utilizar outros espaços para o armazenamento dos produtos.

Ao final de sua fala, colocou-se à disposição dos Conselheiros para o diálogo e para buscar soluções conjuntas para as situações identificadas durante as visitas.

Em seguida, a Nutricionista Sra. Maricy apresentou-se, informando que presta serviços à Prefeitura e que já atua há um período significativo junto ao Departamento de Alimentação Escolar.

Explicou que sua empresa é responsável pelo acompanhamento do controle de qualidade, pelo acompanhamento das crianças com restrições alimentares e pela realização de treinamentos. Informou que, durante as visitas realizadas pelos Conselheiros, sempre que são identificadas situações ou feitos apontamentos relacionados a essas questões, ela recebe as informações e as repassa à Sra. Rose, buscando, na medida do possível, providenciar as soluções necessárias.

A Sra. Rosana Cid complementou informando que é a Sra. Maricy quem solicita às escolas a documentação necessária referente às restrições alimentares dos alunos.

Na sequência, a Sra. Rose esclareceu que, em relação às crianças com restrições alimentares, é necessário manter atualizados os respectivos laudos médicos. Explicou que, embora algumas condições de saúde sejam permanentes, a responsabilidade do Departamento é manter a documentação comprobatória atualizada, especialmente quando o prazo de validade do laudo médico estiver vencido.

A Sra. Rose ressaltou que, muitas vezes, as famílias entendem que o laudo apresentado uma vez possui validade permanente, o que não ocorre necessariamente, sendo necessário observar o prazo de validade estabelecido pelo profissional responsável.

A Sra. Maricy complementou, destacando a importância da atualização dos laudos, inclusive porque existem crianças que permanecem durante longos períodos com determinadas restrições alimentares e, posteriormente, podem não apresentar mais a mesma necessidade.

Explicou que a atualização da documentação também permite verificar se a família está realizando o acompanhamento adequado da criança e possibilita que o Departamento tenha a documentação necessária para comprovar a

restrição alimentar, caso haja fiscalização por parte do Tribunal de Contas ou de outros órgãos competentes.

Ressaltou, ainda, que, quando o laudo está vencido, o documento deixa de ter validade para fins de comprovação da restrição alimentar perante os órgãos de fiscalização.

Na sequência, os Conselheiros presentes realizaram suas respectivas apresentações.

Após as apresentações, a Sra. Rosana Cid questionou a Sra. Rose se os relatórios elaborados pelo Conselho de Alimentação Escolar durante as visitas às unidades escolares estavam sendo recebidos pelo Departamento de Alimentação Escolar.

A Sra. Rose respondeu afirmativamente, informando que os relatórios encaminhados pelo Conselho estão sendo recebidos.

O Conselheiro Rodrigo comentou sobre o cardápio, destacando que, em dias alternados, é servido biscoito ou pão. Ressaltou que, em sua avaliação, a qualidade nutricional do pão é baixa, por se tratar de um produto industrializado, considerando as refeições oferecidas aos alunos do 1º ao 9º ano.

A Senhora Rose explicou que, em São Caetano, a equipe conhece os hábitos alimentares das crianças e que, ao longo do tempo, foram realizadas diversas mudanças e introduzidas diferentes preparações, porém algumas não tiveram boa aceitação. Ressaltou que os hábitos alimentares são construídos também no ambiente familiar e que é necessário considerar o conjunto da alimentação oferecida durante todo o dia, e não apenas uma refeição ou período isoladamente. Informou que os cardápios são elaborados de forma balanceada e estão dentro das normas e dos parâmetros estabelecidos.

O Conselheiro Rodrigo esclareceu que sua preocupação está relacionada à formação de hábitos alimentares saudáveis entre os alunos. Relatou que, em sua experiência profissional, atende adultos que apresentam problemas nutricionais e metabólicos relacionados aos hábitos alimentares. Destacou a importância de trabalhar a educação alimentar desde a infância e sugeriu a utilização de preparações que também possam resgatar memórias afetivas, mencionando como exemplos preparações simples, como arroz-doce e outras receitas tradicionalmente consumidas pelas famílias.

A Senhora Rose complementou informando que algumas dessas preparações já foram ofertadas, como arroz-doce, canjica, preparações com recheios, doces e polenta, porém muitas não apresentaram boa aceitação por parte dos alunos. Ressaltou que a equipe também precisa considerar o desperdício de alimentos e, por esse motivo, são realizados testes de aceitabilidade nas escolas, conforme determina a legislação, para verificar a aceitação das preparações oferecidas.

A Senhora Maricy informou que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estabelece os alimentos e as quantidades que podem ser ofertados, bem como os parâmetros nutricionais que devem ser observados. Explicou que existe um índice de qualidade no qual são inseridas as informações do cardápio, permitindo verificar se a alimentação oferecida está adequada às necessidades nutricionais das crianças.

Esclareceu ainda que a oferta de biscoito e pão ocorre dentro dos percentuais permitidos e que o cardápio contempla também frutas, verduras, legumes, carnes e demais grupos alimentares. Destacou que, considerando o conjunto da alimentação ofertada durante a semana, os cardápios encontram-se dentro dos padrões estabelecidos pelo programa.

A Conselheira Rosana questionou sobre a alimentação de crianças pertencentes a famílias vegetarianas ou que possuem hábitos alimentares diferenciados.

A Senhora Rose explicou que a alimentação escolar é planejada considerando a maioria dos alunos e os hábitos alimentares predominantes. Informou, entretanto, que, caso haja uma criança vegetariana, é possível adequar a alimentação dentro das opções disponíveis na própria escola. Esclareceu que não são ofertados produtos específicos, como proteína de soja, exclusivamente para esse fim, mas que é possível realizar adaptações utilizando os alimentos que já fazem parte do cardápio.

Informou também que são realizados acompanhamentos específicos nos casos de intolerâncias alimentares e outras necessidades, buscando adequar a alimentação sem descaracterizar o cardápio padrão. Quanto às questões relacionadas a crenças e restrições alimentares, explicou que são realizadas adequações quando necessário, inclusive mediante orientação às famílias. Ressaltou, porém, que, em determinadas situações, solicita-se que alimentos trazidos de casa não sejam consumidos diante das demais crianças, a fim de evitar constrangimentos ou o desejo por alimentos que não fazem parte da alimentação escolar.

A Senhora Maricy complementou que o cardápio escolar oferece frutas, verduras, legumes, arroz e feijão, entre outros alimentos, embora não contemple determinados produtos específicos, como a proteína de soja. Ressaltou que a alimentação escolar não tem a função de suprir integralmente as necessidades alimentares da criança, devendo a família complementar a alimentação no ambiente doméstico.

Informou ainda que já foram realizados estudos comparativos relacionados à alimentação escolar e aos hábitos alimentares das crianças, inclusive com aplicação de testes de aceitabilidade. Segundo a análise apresentada, foram identificadas crianças acima do peso, não sendo possível atribuir esse resultado exclusivamente à alimentação escolar, uma vez que outros fatores, especialmente a alimentação realizada fora da escola, também devem ser considerados.

A Senhora Rose informou aos Conselheiros que todas as merendeiras recebem capacitação nos meses de fevereiro e julho.

Em nome do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), a Conselheira Rosana agradeceu a parceria e destacou a importância de não haver Mães Acolhedoras atuando nas cozinhas das escolas.

A Conselheira Joelma comentou sobre os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), relatando que essa é uma reclamação recorrente apresentada pelas merendeiras. Mencionou, especialmente, a questão dos aventais, que, segundo as funcionárias, rasgam com facilidade, fazendo com que algumas utilizem outros tipos de avental que não seriam os mais adequados.

A Conselheira também relatou reclamações relacionadas aos calçados fornecidos às merendeiras, informando que algumas consideram os sapatos desconfortáveis, principalmente as funcionárias mais antigas, que relatam possuir problemas nos pés. Segundo a Conselheira, algumas acabam utilizando outros tipos de calçados, como tênis ou sapatilhas, o que pode representar risco de acidente de trabalho, principalmente em uma cozinha, onde existe a possibilidade de queda de objetos ou outros acidentes.

A Senhora Rose informou que a aquisição dos EPIs é de responsabilidade da Secretaria de Educação (SEEDUC) e que, atualmente, está sendo realizada uma parceria com um profissional da área para buscar melhorias nesse processo de aquisição.

A Senhora Maricy complementou informando que, nos casos em que uma funcionária apresenta alguma condição médica que dificulte ou impeça o uso de determinado calçado, é solicitado um documento médico que comprove a necessidade. Explicou que essa documentação é importante para respaldar tanto a funcionária quanto a administração em eventual situação relacionada ao trabalho.

Informou ainda que, durante a realização dos checklists, quando uma merendeira relata desconforto com o calçado e está utilizando outro tipo de sapato, a situação é registrada, sendo anotado também se houve ou não apresentação de documentação médica.

A Conselheira Rosana comentou sobre a documentação utilizada durante as fiscalizações, informando que ainda existem escolas que não estão com toda a documentação em ordem.

A Conselheira Joelma acrescentou que há merendeiras que realizam anotações em folhas de papel e deixam parte da documentação em branco para preenchimento posterior.

Após discussão, ficou acordado entre os Conselheiros e a Senhora Rose que serão informados os nomes das escolas que apresentarem documentação pendente ou irregular, considerando a necessidade de manutenção e guarda dos registros pelo período de 12 meses.

O Conselheiro Rodrigo relatou dificuldade em localizar os exames periódicos das merendeiras. Segundo a Senhora Rose, os exames são realizados e os documentos permanecem disponíveis nas escolas. Os Conselheiros, entretanto, relataram que, durante as fiscalizações, nem sempre conseguem localizar esses documentos. A Senhora Rose solicitou que as escolas ou situações específicas sejam informadas para que possa verificar a ocorrência.

A Conselheira Rosana questionou sobre o processo de licitação dos gêneros alimentícios. A Senhora Rose explicou que realiza o planejamento das necessidades e encaminha ao setor responsável, que dá continuidade ao processo. Informou que, posteriormente, são encaminhadas amostras dos produtos para análise e verificação da qualidade, temperatura e demais requisitos, retornando-se as informações ao setor responsável para a continuidade dos procedimentos e da documentação necessária.

A Conselheira Rosana comentou sobre o recebimento de romaneios.

A Senhora Rose informou que são recebidos romaneios referentes a carnes, massas, farinhas e demais produtos industrializados, e que todas as notas fiscais ficam sob sua responsabilidade para controle e acompanhamento.

A Senhora Rose comentou ainda sobre o fornecimento de pão, informando que houve mudança de empresa fornecedora e que, após a alteração, foi observado aumento no consumo do produto.

A Senhora Maricy informou sobre uma nova legislação sanitária, esclarecendo que a norma vigente será revogada e substituída por uma nova regulamentação a partir de outubro Portaria CVS nº 3 de julho de 2026. Informou que a equipe já está realizando as adequações necessárias em seus materiais e procedimentos. Ressaltou que se trata de legislação estadual, e não municipal.

A Senhora Rose solicitou a colaboração dos Conselheiros, ressaltando que algumas situações não são solucionadas imediatamente por falta de vontade da equipe, mas devido às dificuldades operacionais e à necessidade de adequação aos procedimentos. Informou que, no momento, uma das questões ainda pendentes está relacionada às caixas utilizadas nas escolas.

Ressaltou, entretanto, que a equipe trabalha constantemente para garantir a qualidade do serviço e que há um esforço para evitar a existência de produtos vencidos nas escolas. Destacou também que as merendeiras são conscientes quanto aos cuidados necessários com os alimentos e com a organização das cozinhas, embora possam ocorrer algumas situações pontuais de desorganização documental ou estrutural.

A Senhora Rose afirmou que a equipe procura realizar o melhor trabalho possível, apesar da dificuldade de acompanhar simultaneamente todas as unidades escolares, destacando que considera o serviço de alimentação escolar de qualidade.

A Conselheira Suzete comentou sobre a necessidade de trabalhar também as questões relacionadas ao aspecto emocional e comportamental das colaboradoras.

O Conselheiro Rodrigo comentou sobre a possibilidade de desenvolvimento do Projeto Horta nas escolas. A Senhora Rose informou que, no momento, não há estrutura suficiente para garantir a continuidade do projeto.

O Conselheiro Carmona elogiou o trabalho realizado pela equipe de alimentação escolar e a qualidade da merenda oferecida aos alunos.

Ao término da reunião, a Senhora Rose reforçou seu compromisso com o trabalho desenvolvido, afirmando que seu objetivo é contribuir continuamente para a melhoria da alimentação oferecida às crianças.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. A Senhora Rose agradeceu a participação e a colaboração de todos, reforçando o compromisso da equipe com a melhoria contínua da alimentação oferecida às crianças e aos adolescentes da rede municipal de ensino.

Para constar, eu, **Rosana Carneiro Cid**, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Conselheiros presentes: Aline Flávia Maliani, Armando Sergio Santos Rosa (Suplente), Edson Calmona (Suplente), Evania Roseli da Silva (Suplente), Joelma Souza Gomes (Suplente), Kesser Filho (Titular), Mirian Mazzolin Ferreira (Suplente), Rosana Cid (Titular), Suzete Terezinha Moreno Encimas (Titular) e Rodrigo Tineu (Titular).

